

Zélia admite prefixação

A ministra Zélia Cardoso de Mello está disposta a aceitar a prefixação de preços e salários desde que isso fique acertado entre trabalhadores e empresários. Mesmo assim, o Governo se eximiria da responsabilidade de fiscalizar essa prefixação ou fixar seus índices. Em conversas reservadas com alguns parlamentares ligados ao Palácio do Planalto, a ministra da economia confidenciou que o Governo poderia não vetar a prefixação de preços e salários.

“O Governo não teria eficácia para fazer esta fiscalização”, reconheceu a ministra, numa dessas conversas, depois de admitir que a prefixação poderia ser um dos pontos a serem aceitos na negociação do entendimento nacional.

Para se chegar a uma solução

sobre o assunto, segundo a ministra, o Governo preferiria que se encontrasse uma fórmula de concretizar a prefixação sem que ela fosse viabilizada necessariamente por uma lei, mas sim, através de um acerto informal entre trabalhadores e empresários. Se o acerto vier a ser firmado entre essas duas partes, o Governo se comprometeria a aderir, adotando os índices acertados para prefixar preços das tarifas públicas.

Quanto às reivindicações de reposição salarial incluídas no acerto entre patrões e empregados, a ministra Zélia Cardoso de Mello tem deixado claro que não há a menor chance de o Governo aceitá-las. A única hipótese seria o Governo aceitar as reposições, desde que o funcionalismo público ficasse excluído.